



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Resumo da Reunião Extraordinária, CE 06/10/2023 às 14h

I – IDENTIFICAÇÃO

72ª - Comissão de Educação e Cultura

Finalidade: Debater o cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, para fins de avaliação da política pública de qualificação da educação básica.

Participantes: Sr. Estevão Perpétuo Martins, Coordenador-Geral de Infraestrutura Educacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Sra. Natália Cordeiro, Analista Técnica em Educação da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e; Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

Requerimento (s): REQ 98/2023 - CE

II- RELATO DA REUNIÃO

Declarada a abertura da 72ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura, a presidente disse que o objetivo é debater o cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, focando na infraestrutura e gestão escolar, além de iniciativas de capacitação profissional. A audiência foi dividida em duas partes, com a primeira avaliando a implementação de diversas estratégias da Meta 7.

Houveram convidados remotos para discutir infraestrutura e gestão escolar são Sr. Estêvão Perpétuo Martins, Coordenador-Geral de Infraestrutura Educacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Sra. Natália Cordeiro, Analista Técnica em Educação da Confederação Nacional dos Municípios; Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Os demais convidados, Sr. Vitor de Angelo (Presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação - Consed) e Sr. Marcos Fernando Ziemer (Presidente da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas), não puderam comparecer.

O primeiro convidado, Estêvão Perpétuo Martins, recebeu a palavra para discutir o financiamento da infraestrutura escolar pelo Governo Federal.

OITIVA DO CONVIDADO ESTÊVÃO PERPÉTUO

O convidado se apresentou como Coordenador-Geral de Infraestrutura Educacional do FNDE, Estêvão Martins, destacou a missão do FNDE de prestar ciência técnica e financeira, enfatizando a importância da assistência técnica, especialmente para os 5.700 municípios que enfrentam desafios na realização de licitações devido à falta de equipes especializadas.

A apresentação abordou projetos relacionados à infraestrutura educacional, com foco em creches, pré-escolas e módulos de ampliação. O FNDE disponibiliza cerca de 15 projetos padrão que visam facilitar a implementação dessas infraestruturas nos municípios. Esses projetos são adaptáveis e gratuitos, proporcionando uma solução eficiente para entes que enfrentam limitações de recursos humanos.

Além disso, o convidado ressaltou a importância da assistência técnica para superar questões técnicas e apresentou iniciativas recentes do FNDE, como a estratégia BIM (Building Information Modelling) e o estudo de adequação a três famílias bioclimáticas, visando adaptar os projetos às diferentes realidades climáticas do país. Mencionou projetos futuros, como escolas indígenas, escolas de ensino médio em tempo integral e escolas do campo, destacando o comprometimento do FNDE em atender às especificidades de comunidades com dificuldades de acesso, como as indígenas.

O convidado apresentou um projeto de creche e pré-escola do tipo 1, projetado para atender de 188 a 376 crianças, com ênfase na adaptabilidade às necessidades locais. Destacou a disponibilidade desse e de outros 15 projetos no site do FNDE, além do incentivo à apresentação de projetos próprios pelos entes locais. Anunciou um projeto piloto de Building Information Modelling



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

(BIM) em conformidade com a nova Lei de Licitações, visando uma abordagem mais racional na execução de projetos. Explicou que o FNDE está implementando a estratégia BIM FNDE para aproveitar a capilaridade e tracionar junto às equipes técnicas na ponta.

Outro projeto apresentado foi uma creche e pré-escola do tipo 2, destinada a 94 ou 188 alunos, com disponibilidade para os entes na ponta como parte da assistência técnica oferecida pelo FNDE. Ressaltou que o FNDE possui uma ampla gama de projetos que atendem de 155 a 910 alunos, enfatizando a importância de prestar assistência técnica para adaptar os projetos às realidades locais. Destacou a necessidade de avançar não apenas na quantidade, mas também na adaptação das escolas e creches às diferentes realidades, considerando três famílias bioclimáticas distintas teve outras que estão seguindo a norma NBR-9050.

O convidado abordou a questão das escolas em áreas indígenas, quilombolas e do campo, destacando a iniciativa de fornecer projetos padrão, mas reconhecendo a necessidade de projetos especiais para atender às especificidades dessas comunidades. O convidado afirmou que equipes multidisciplinares visitaram o Alto Rio Negro para compreender as necessidades das comunidades, considerando aspectos técnicos e as dificuldades de acesso a essas regiões remotas, muitas vezes apenas via fluvial em determinadas épocas do ano. Explicou que dois projetos específicos foram criados, Maloca e Yanomami, levando em conta acessibilidade, reúso de água e outras características locais.

A presidente perguntou para o convidado qual é a capacidade dos alunos na Maloca, o convidado respondeu que de 50 a 200 alunos. O convidado destacou o projeto de escolas de ensino médio em tempo integral como uma iniciativa importante, alinhada à aposta do Governo Federal no tempo integral. Embora seja um projeto antigo, a Presidente deu autorização para repensá-lo e adaptá-lo às normas de acessibilidade e construção mais recentes.

O convidado ressaltou que sua carteira de obras pactuadas envolve aproximadamente 30 mil projetos, um número considerável. Afirmou que esse total abrange diversas situações, desde obras concluídas até aquelas em execução, paralisadas, inacabadas ou canceladas. O montante de valores pactuados já ultrapassa os R\$27 bilhões, e espera-se que esse valor aumente com a implementação das novas políticas.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Logo em seguida, ele apresentou dados sobre a carteira geral de obras do FNDE, incluindo quantitativos e valores pactuados. Foram destacadas duas novas políticas em andamento, o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e o Novo PAC, recentemente lançado. Disse que esses projetos visam impulsionar e retomar projetos de infraestrutura em todo o país.

O convidado falou sobre o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que foi lançado pelo Governo Federal por meio de uma medida provisória. Duas inovações destacadas incluem a permissão para a retomada de obras paralisadas, abrangendo obras inacabadas e paralisadas, e a atualização do saldo dessas obras pelo Índice Nacional de Custo da Construção (INCC). Enfatizou que a atualização busca refletir os custos reais ao longo do tempo. Caso os entes não queiram retomar as obras, a medida provisória prevê eventual cancelamento, visando eficiência na utilização dos recursos.

O convidado ressaltou que uma das principais inovações do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) é a atualização do saldo das obras pelo Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), considerando a necessidade de refletir os custos reais ao longo do tempo. Ressaltou que o objetivo é proporcionar aos entes valores atualizados para a conclusão efetiva das obras. Das 3.641 obras passíveis de retomada, 2.908 solicitaram a adesão ao PAC, demonstrando uma adesão de quase 80%. Ressaltou que a medida provisória que instituiu o PAC caducou em setembro, mas que existe um Projeto de Lei (PL) em discussão no Congresso para restaurar sua efetividade.

Continuou o seu discurso falando que no contexto do FNDE, apresentando os projetos e iniciativas em andamento, destacando a missão do FNDE de prestar assistência técnica e financeira para promover uma educação de qualidade. O convidado mencionou a estratégia BIM (Building Information Modelling) como uma inovação para otimizar o desenvolvimento de projetos. Além disso, discutiu a adaptação de projetos às diferentes realidades locais, incluindo iniciativas específicas para escolas indígenas.

O convidado discutiu a carteira de obras do FNDE, enfatizando o desafio representado pelas mais de 30 mil obras pactuadas, com valores superiores a R\$27 bilhões. Apresentou duas políticas em execução, o Pacto Nacional pela Retomada de Obras Paralisadas e Inacabadas na Educação Básica e o Novo PAC, buscando impulsionar a conclusão de obras e viabilizar novos investimentos em infraestrutura educacional.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Logo em seguida a presidente ressaltou as dificuldades enfrentadas por escolas em regiões de calor extremo, como em áreas indígenas de Roraima, e a importância de abordar as necessidades específicas dessas localidades. Mencionou a presença de redários em algumas escolas na região ribeirinha da Amazônia, destacando a sensibilidade para aspectos culturais e regionais nos projetos apresentados.

A presidente questionou sobre os custos associados aos projetos, especialmente nas regiões da Amazônia e Marajó. Ela disse se o FNDE está considerando os custos diferenciados, como o "custo Brasil", o "custo Marajó" e o "custo Amazônia", durante a repactuação e implementação do Novo PAC. Ela expressou preocupação com a logística desafiadora e os custos adicionais de transporte de materiais de construção para regiões remotas, como Anajás e Afuá, no Marajó.

O convidado esclareceu que até o momento não chegou ao FNDE informações específicas sobre casos de maus-tratos contra crianças, mas reiterou a abertura do órgão para incorporar necessidades emergentes. Ele confirmou que, nos projetos Maloca e Yanomami, a inclusão de redários já está prevista, levando em consideração a realidade e as necessidades específicas das comunidades indígenas.

Em relação aos custos diferenciados para regiões como Amazônia e Marajó, o convidado explicou que os projetos consideram tabelas locais e regionais, mas admitiu que o custo Amazônia, especialmente no que se refere ao transporte via fluvial, ainda não é totalmente contemplado. Ele destacou a necessidade de aprimorar esse aspecto, especialmente nas pactuações futuras, reconhecendo a complexidade logística e os custos adicionais associados ao transporte de materiais para regiões remotas.

O convidado mencionou que, ao contratar diretamente para as escolas Yanomami e Maloca, a ideia é garantir efetividade na entrega, reconhecendo a dificuldade logística dessas áreas. Ele enfatizou a conscientização sobre essa questão e o compromisso em trabalhar para incorporar esses custos na hora de pactuar novas obras.

A presidente levantou a preocupação sobre as obras inacabadas e a necessidade de repactuação, questionando se os órgãos de controle acompanharão o processo e se haverá responsabilização pelos atrasos. Ela



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

indagou se a repactuação representará uma anistia ampla ou se a responsabilização será considerada.

O convidado respondeu a presidente sobre a prestação de contas em relação às obras inacabadas. Ele destacou que a obrigação de prestar contas dos recursos públicos permanece independente da troca de gestão e, explicou que durante a análise de cumprimento do objeto, a prestação de contas técnica considera todas as gestões envolvidas na execução da obra, levando em conta os desafios temporais que muitas vezes atravessam diferentes administrações.

Ele enfatizou que a atualização dos saldos no âmbito do pacto será feita com base na execução real da obra, considerando a degradação e outros fatores que podem ter impactado o progresso. No entanto, ressaltou que essa atualização não isentará os gestores, tanto atuais quanto anteriores, da responsabilidade de prestar contas pelos recursos recebidos e pela não conclusão adequada das obras. Estêvão assegurou que o pacto não eximirá os ex-gestores da responsabilidade por ações realizadas durante suas gestões.

Quanto à repactuação e atualização dos saldos, o convidado explicou que a ideia é refletir o valor real da execução da obra, considerando o estado atual da construção. Mesmo com essa atualização, ele enfatizou que isso não exime os gestores, atuais e anteriores, da responsabilidade de prestar contas pelos recursos recebidos, pela não conclusão adequada das obras e por outros aspectos, como a apresentação da dominialidade do terreno.

Após o encerramento da oitiva do convidado, a presidente expressou preocupação com a necessidade de aprovação do projeto de lei para garantir os recursos e a sustentabilidade financeira do FNDE. Ela destacou a importância de dialogar com os parlamentares, mencionando a oposição no Congresso e a necessidade de um esforço conjunto para aprovar a legislação.

Finalizada a oitiva a presidente convidou Nathalia Cordeiro para iniciar seu discurso.

OITIVA DA NATHALIA CORDEIRO

A convidada expressou agradecimento pelo convite para participar da audiência e destacou a importância do debate sobre a Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE). Ela enfatizou que a questão das obras é um tema



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

significativo para os municípios, tanto em termos de importância quanto de custos associados.

Mencionou a expectativa inicial de discutir a realidade de cada município, mas, devido ao tempo limitado, optou por focar na temática das obras, considerando a sua relevância como base para resolver problemas de infraestrutura. Compartilhou a tela para apresentar informações sobre a Medida Provisória 1.174, que criou o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e foi regulamentada por uma portaria.

A convidada expressou ansiedade em obter informações sobre o montante já gasto com recursos próprios e federais nas obras, bem como o valor restante a ser repassado. Destacou a importância de considerar o impacto financeiro para os municípios, que muitas vezes têm recursos limitados na área da educação.

Ela mencionou que o Pacto de Retomada de Obras prevê a possibilidade de repactuação entre o FNDE e os municípios. Nesse cenário, o FNDE poderia oferecer aos municípios um valor corrigido com base no Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), em troca do cumprimento da parte do município no pacto. No entanto, ressaltou que os municípios também precisarão de recursos para concluir as obras, e muitas delas datam de 2013 e 2014.

Ressaltou as consequências do último Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), período em que foram pactuadas muitas obras que acabaram paralisadas. Atualmente, 70% das obras paradas remontam a 2013 e 2014. A convidada expressou preocupação sobre se os recursos restantes que o FNDE repassa, mesmo após a correção, serão suficientes para os municípios concluírem as obras, indicando que provavelmente será necessário um aporte adicional dos municípios, o que ainda está sendo estudado pela Confederação Nacional de Municípios.

A convidada destacou o desafio enfrentado pelos municípios na gestão de recursos limitados. Ele afirmou que, ao construir novas escolas para atender mais alunos, os municípios muitas vezes precisam realocar recursos de outras áreas, como transporte escolar e manutenção de infraestruturas existentes. Com mais de 107 mil escolas municipais para gerenciar, a manutenção de toda essa estrutura é vital para garantir a qualidade da educação.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Foi abordado uma crise enfrentada pelos municípios, que já vinham de uma crise federativa mais ampla. Ela apresentou dados sobre a retomada de obras municipais, observando que, das 3.1 mil originalmente, 670 obras municipais ainda não foram retomadas. A convidada afirmou que não teve acesso aos motivos específicos dessa não retomada, mas acredita-se que o alto custo envolvido seja um fator preponderante. Ela enfatizou que, além de oferecer recursos para construir escolas, é crucial proporcionar apoio técnico e especializado aos municípios para concluir efetivamente essas obras. No entanto, muitas vezes, os recursos federais não são suficientes para atender a todas as necessidades dos municípios, resultando em um cenário de crise. Afirmou que a estimativa é de cerca de R\$500 milhões a serem devolvidos, o que representa uma despesa adicional para os municípios.

Além disso, a convidada levantou a questão das obras concluídas, indicando que, embora os municípios tenham concluído muitas delas, o repasse integral dos recursos pelo Governo Federal não foi realizado. Ela apontou a falta de repasse, já em valor corrigido, de quase R\$10 bilhões para os municípios referentes a essas obras concluídas.

Por fim, ela mencionou outras dívidas que o Governo Federal tem com os municípios, abrangendo diversas áreas, como saúde, saneamento e habitação. A convidada enfatizou que o Pacto pela Retomada de Obras é importante, mas não representa uma solução definitiva para o problema principal, indicando a necessidade de uma abordagem mais abrangente para enfrentar os desafios enfrentados pelos municípios.

Ela explicou que, ao concluir as obras de educação infantil, cerca de 1,1 a 1,2 mil obras, isso geraria entre 120 mil a 150 mil novas vagas para a educação infantil, e a União repassaria, já em valor corrigido, cerca de 1,5 bilhão. No entanto, foi ressaltado que o número de crianças de zero a três anos fora da escola é de 2,5 milhões, e para matricular todas essas crianças seria necessário um investimento imediato de 50 bilhões por ano. Mesmo considerando o repasse do Fundeb, que já deduziria cerca de 5 bilhões, ainda há um grande déficit para atender essa demanda.

Ela enfatizou que, embora o Pacto pela Retomada de Obras seja um começo, é importante considerar uma abordagem mais abrangente para enfrentar os desafios educacionais dos municípios, incluindo a necessidade de



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

recursos financeiros para atender à demanda crescente de matrículas e garantir a sustentabilidade das novas estruturas educacionais.

A convidada encerrou sua fala reforçando a importância de conscientizar o FNDE sobre as dificuldades reais enfrentadas pelos municípios. Ela destacou que enviar dinheiro para as obras não é suficiente, pois há uma contrapartida municipal. Além disso, ela ressaltou que a criação de projetos para construir escolas dos sonhos precisa considerar a escassez de recursos para manutenção.

Finalizada a oitava, a presidente destacou a importância do trabalho de avaliação da Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) realizado pela Comissão. Ela expressou preocupação com os desafios apresentados pela representante da CNM e resalta a necessidade de diálogo com a confederação, o fundo e a Comissão para abordar as questões levantadas.

A presidente convidou o Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da CNTE, que compartilhará suas considerações sobre a Meta 7 do Plano Nacional de Educação.

OITIVA DO HELENO ARAÚJO

O convidado apresentou um roteiro na audiência pública da Comissão de Educação do Senado Federal, que tem como foco a avaliação da Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE). Ele destacou a limitação da Meta 7 ao tratar apenas da infraestrutura física, ressaltando a importância de considerar outros elementos para avaliar a qualidade da educação.

Abordou a história recente da implementação do PNE e enfatizou a necessidade de uma análise crítica do que foi realizado até agora, especialmente no contexto da Meta 7. Ele ressaltou a complexidade do tema, incluindo questões pedagógicas, financeiras e de diálogo entre os entes federativos.

O convidado ressaltou a importância de reavaliar a Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) durante sua participação na audiência pública da Comissão de Educação do Senado Federal. Ele destacou a necessidade de ir além dos indicadores tradicionais, como o Ideb e o Pisa, para uma avaliação mais abrangente da qualidade da educação básica.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

O convidado enfatizou que a CNTE, ao contribuir para a elaboração do PNE, já alertava para a insuficiência dos indicadores utilizados na Meta 7. Ele defendeu a necessidade de construir um sistema mais abrangente e participativo para avaliar a educação básica no país.

Além disso, ele argumentou que o financiamento adequado é crucial para garantir a qualidade social da educação, incluindo a formação e valorização dos trabalhadores em educação. Heleno ressaltou a importância de concursos públicos para a entrada no sistema educacional e a necessidade de recursos suficientes para promover a formação continuada dos profissionais.

Encerrou sua participação reafirmando o compromisso da CNTE com a luta por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade no Brasil. Ele destacou a importância do diálogo entre os entes federativos e a sociedade civil para construir políticas mais eficazes na área educacional.

Enfatizou a necessidade de respeitar a Constituição Federal, especialmente no que diz respeito à entrada no sistema educacional por meio de concursos públicos. Mencionou dados alarmantes sobre a precariedade do quadro efetivo em algumas redes de ensino, com apenas 35% do pessoal sendo concursado, enquanto o restante é composto por contratos temporários.

Além disso, chamou a atenção para a Meta 20 do Plano Nacional de Educação (PNE) e suas estratégias, destacando a importância de aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação e contribuição social do salário-educação. Ele mencionou a Emenda Constitucional 95 de 2016, que impactou os investimentos em educação, comprometendo as políticas previstas no PNE.

Ele mencionou que o Estado brasileiro deve destinar à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo, aumentando os recursos vinculados nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos. Isso é necessário para cumprir a meta prevista no inciso VI do caput do artigo 214 da Constituição Federal.

O convidado destacou que a Lei 12.858, de 9 de setembro de 2013, foi aprovada pelo Congresso Nacional e dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, conforme a exigência do



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Plano Nacional de Educação. No entanto, ele aponta que, em 2018, essa lei foi alvo de ataques, resultando em desafios para garantir a destinação adequada dos recursos oriundos do pré-sal para a educação.

Finalizou a sua fala apontando que a gestão financeira na educação não segue a legislação, com nenhum gestor municipal ou estadual destinando recursos da educação fora da conta única da Fazenda. Enfatizou a importância de transformar essas leis em práticas para melhorar a educação no Brasil, garantindo qualidade e valorização dos profissionais. Ele expressou sua gratidão pelo convite e contribuiu para a avaliação do Senado Federal sobre a situação da educação pública no país.

A presidente ressaltou que essa volatilidade compromete a eficiência na utilização de recursos, a execução de programas de longo prazo e a construção de parcerias essenciais para o progresso educacional. Enfatizou a necessidade de abordar e buscar soluções para essa questão, propondo medidas como a valorização da carreira, a realização de concursos públicos e a implementação de políticas que incentivem a estabilidade e capacitação dos profissionais da educação. Solicitou para que o convidado fale sobre.

O convidado respondeu que a rotatividade de secretários municipais e estaduais de educação, bem como do Ministro da Educação, reflete a necessidade de uma cultura de respeito ao planejamento decenal da educação. Ele destacou avanços na implementação de planos municipais e estaduais de educação, mas ressaltou a importância de superar a cultura de personalização, onde novos gestores buscam deixar sua marca, em detrimento da continuidade das políticas educacionais estabelecidas nos planos.

Além disso, abordou a alta taxa de contratações temporárias, mencionando uma média nacional de 59%, com 30% no Estado de Tocantins, o que pode impactar negativamente a estabilidade e qualidade do ensino. Essas considerações foram apresentadas no contexto da avaliação da Meta 7 do Plano Nacional de Educação. Destacou a importância do contato presencial na educação e expressou preocupação com o apagão de professores no país, resultante de questões como o não cumprimento adequado do piso salarial e a falta de estímulo para a juventude ingressar na profissão devido à reforma da previdência e ao envelhecimento da categoria.

A presidente perguntou para o convidado Estêvão como vão conseguir ter profissionais capacitados o tempo todo, sendo que esses



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

profissionais estão indo embora e que houveram outras perguntas dos cidadãos. O impacto da pandemia de covid-19 no progresso da Meta 7 e na inclusão de pessoas com deficiência na educação foi questionado, assim como qual proposta é considerada como a principal para o alcance da Meta 7 no que diz respeito à qualidade da infraestrutura escolar. Por fim, foi questionado sobre o plano apresentado pelo MEC para as crianças que perderam a alfabetização durante a pandemia.

O convidado Estevão destacou a importância do comentário do Prof. Heleno sobre a personificação do gestor, indicando que isso muitas vezes é um ponto de alerta, especialmente quando se trata de obras anteriores. Abordou a concordância com umas das participantes sobre os muitos problemas na infraestrutura e enfatizou a inovação do PAC em comparação com repactuações anteriores. Afirmou que apesar de reconhecer que o PAC não resolverá todos os problemas, afirmou que é um avanço significativo e eficiente dadas as condições, contribuindo para a retomada e início de novas obras diante do grande déficit existente.

A presidente convidou Nathalia Cordeiro para suas considerações finais. Ela disse que a solução para a crise enfrentada pelos municípios não é simples, apresentando dados detalhados sobre a situação financeira. Destacou o comprometimento dos municípios com o financiamento da educação básica, mencionando que não apenas atendem aos percentuais mínimos do Fundeb, mas também ultrapassam o mínimo constitucional para a educação. Expressou a disponibilidade da CNM para fornecer informações detalhadas e compartilhar estudos sobre a realidade dos municípios e que ela tem uma abordagem transdisciplinar, considerando todas as áreas da gestão municipal, e não faz recomendações irresponsáveis sobre a alocação de recursos em setores específicos.

O convidado Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, finalizou o seu discurso ressaltando a importância do papel do Estado brasileiro na garantia do direito à educação, citando a Constituição Federal, que estabelece a educação como dever do Estado e direito das pessoas. Ele destacou a necessidade de uma reforma administrativa que fortaleça, em vez de reduzir, os serviços públicos para atender às demandas da população. A reforma tributária solidária foi mencionada como um instrumento para repensar a distribuição de riqueza no país, com ênfase na taxação dos super-ricos.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Além disso, o convidado defendeu a realização de uma auditoria da dívida para avaliar o impacto dos pagamentos de dívidas sobre a capacidade do Estado de investir em setores cruciais como saúde, educação e saneamento. Ele questionou a priorização dos pagamentos da dívida em detrimento dessas áreas essenciais e ressaltou a necessidade de buscar alternativas para garantir recursos suficientes para as políticas públicas.

Finalizada a oitiva do convidado, o presidente agradeceu a todos e disse que não pode sair do Norte e tem que continuar as metas.

Finalizada a reunião.